

Tecnologia Social do Direito à Cidade: Relato de uma experiência de pesquisa participativa

SOCIAL TECHNOLOGY OF THE RIGHT TO THE CITY: REPORT OF AN EXPERIENCE OF PARTICIPATORY RESEARCH

Dagmar Silva Pinto de Castro¹; Sibelly Resch²; Cristiane Gandolfi³; Thaís Bernardes Nogueira⁴; Antônio Coelho de Souza Nascimento⁵

RESUMO

Esse trabalho se configura como relato de prática que objetiva compartilhar a trajetória da pesquisa “Um Novo Direito à Cidade: Políticas Públicas Integradas – Um estudo de caso em escolas municipais em função da experiência com a Metodologia NEPSO” apoiada pela FAPESP e desenvolvida na cidade de Mauá, Grande ABC paulista, no período de 2005-2010 pelos parceiros: Universidade Metodista de São Paulo/Cátedra Gestão de Cidades, Prefeitura Municipal de Mauá/Secretaria de Educação e Cultura e Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação. A trajetória teórico-metodológica utilizou uma abordagem fenomenológica, através de pesquisa-ação, história oral de vida e pesquisa participante. Como resultado da pesquisa propõe-se o alargamento da metodologia NEPSO, proposta denominada como Tecnologia Social do Direito à Cidade. Como lições aprendidas sobre a construção coletiva de pesquisa participativa, destacam-se: processo coletivo; infraestrutura objetiva; afinamento teórico entre os diferentes parceiros; mudanças de governo x pactuação e co-responsabilidade dos parceiros na construção coletiva do conhecimento.

Palavras-chave: Tecnologia Social; Metodologia NEPSO; Pesquisa Participativa.

ABSTRACT

This work is configured as an account of practice which aims to share the history of the study "Um Novo Direito à Cidade: Políticas Públicas Integradas – Um estudo de caso em escolas municipais em função da experiência com a Metodologia NEPSO" supported by FAPESP and developed in the city of Mauá, the great ABC from 2005 to 2010 by the partners: Universidade Metodista de São Paulo/Cátedra Gestão de Cidades, Prefeitura Municipal de Mauá/Secretaria de Educação e Cultura e Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação. The theoretical and methodological path have used a phenomenological approach through action research, oral history of life and participatory research. As a result of the research, it is proposed an extension to the NEPSO methodology; such proposal is called The Social Technology For The Right To The City. Some lessons learned about the collective construction of participatory

¹ Doutora em Psicologia - USP, Professora e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Administração e na Cátedra Gestão de Cidades – UMESP.

² Mestre em Administração – UMESP; Professora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD – UMESP; Atuou como pesquisadora na Cátedra Gestão de Cidades – UMESP (período 2008-2010).

³ Mestre em Educação – PUC/SP; Professora e Pesquisadora da Faculdade de Humanidades e Direito, atuando principalmente nos cursos de Pedagogia, Letras e Ciências Sociais.

⁴ Graduada em Pedagogia – USP. Assessora da Ação Educativa, coordenadora do Polo São Paulo do projeto NEPSO

⁵ Mestre em Educação – UMESP; Coordenador do Programa de Educação Ambiental de Mauá e Assessor Técnico-Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação de Mauá.

research are outstanding, such as: collective process, objective infrastructure, theoretical sharpness among different partners, changes in government agreements and co-responsibility from the partners in the collective construction of knowledge.

Key Words: Social Technology; NEPSO Methodology; Participatory Research

INTRODUÇÃO

A proposta desse trabalho é compartilhar a trajetória da pesquisa “Um Novo Direito à Cidade: Políticas Públicas Integradas – Um estudo de caso em escolas municipais em função da experiência com a Metodologia NEPSO⁶”, apoiada pela FAPESP⁷ e desenvolvida na cidade de Mauá, Grande ABC paulista.

A metodologia NEPSO⁸ foi desenvolvida através de uma parceria entre a Ação Educativa⁹ e o Instituto Paulo Montenegro¹⁰. Esse instituto foi criado pelo grupo IBOPE no ano 2000 com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento sustentável através de ações sociais, tendo como foco a educação. A prática de responsabilidade social empresarial adotada pelo IBOPE utiliza sua expertise e conhecimentos acumulados em sua trajetória no país, ou seja, a pesquisa de opinião. O Instituto Paulo Montenegro concentra suas atividades em dois programas: o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), que tem como objetivo medir o alfabetismo funcional da população adulta brasileira, avaliando a capacidade que as pessoas têm de ler, escrever e realizar cálculos aplicados ao seu cotidiano e o NEPSO (Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião), que consiste na proposta de uso da pesquisa de opinião como instrumento pedagógico, em escolas públicas de ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos. A Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, parceira nesse projeto, é uma organização não governamental que atua pioneiramente na área da educação.

O projeto-piloto referente à utilização da Metodologia NEPSO foi desenvolvido em São Paulo e no Rio de Janeiro no ano 2000. Os resultados positivos do projeto permitiram sua expansão e atualmente a metodologia está presente em diversas escolas de sete estados brasileiros, no Distrito Federal, na Argentina, Chile, Colômbia e México, e em Portugal.

O desenvolvimento da metodologia baseou-se na ideia de que a pesquisa de opinião pode ter alto valor pedagógico, principalmente porque permite a

6 O relato aqui apresentado baseia-se nos três relatórios desenvolvidos pela equipe de pesquisadores.

7 Processo nº 06/52182-01.

8 NEPSO – Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião. Informações sobre os projetos realizados com a Metodologia NEPSO estão disponíveis em: http://www.ipm.org.br/ipmb_painel.php?mpg=3.04.00.00.00&ver=por, acesso em 25 de outubro de 2011.

9 Informações disponíveis em: <http://www.acaoeducativa.org.br>, acesso em 15 de janeiro de 2010.

10 Informações disponíveis em: <http://www.ipm.org.br>, acesso em 15 de janeiro de 2010.

elaboração de projetos de trabalho, que podem ter caráter interdisciplinar, também cria oportunidades para a escola pesquisar aspectos importantes da sua realidade e de seu entorno e ainda possibilita a integração da escola com a comunidade, pois a realização dos projetos de pesquisa promove a relação entre a escola e as organizações locais (MONTENEGRO E RIBEIRO, 2002).

As etapas necessárias para a realização da pesquisa de opinião a serem desenvolvidas pelos alunos, sob orientação do professor são: Definição do objetivo da pesquisa; Definição do tema e do foco; Definição da população a ser pesquisada e da amostra; Elaboração dos questionários; Pré-teste (para verificação da eficiência do questionário); Coleta de dados (Entrevistas, aplicação dos questionários); Processamento dos dados (tabulação e gráficos); Análise dos resultados (discussão e reflexão sobre eles); Apresentação e divulgação dos resultados; Avaliação e Plano de Ação a partir dos resultados (MONTENEGRO E RIBEIRO, 2002).

A implantação da metodologia NEPSO em Mauá, um dos municípios integrantes do Grande ABC paulista se iniciou em 2003, a convite da Secretaria de Educação e Cultura do município. A parceria foi possível pela construção coletiva do Plano Municipal de Educação, sob a coordenação do Conselho Municipal de Educação. Esta ação permitiu expressar as propostas da comunidade, das escolas, dos educadores, dos agentes políticos e das instituições cidadãs abrindo caminho para uma gestão participativa. É importante destacar que naquele momento o plano pensava a gestão da cidade em sua complexidade, com o compromisso da realização da equidade social. O que se vislumbrava era a construção de uma cidade que se organizava a partir de sua memória social. A educação se aliou a cultura no propósito de tecer as redes sociais fortalecidas pela memória cidadã-local.

O cenário democrático da gestão municipal contribuiu para parcerias entre a Secretaria de Educação e Cultura de Mauá e diversos projetos que se instalaram no município entre 2003 e 2005, dentre eles o NEPSO. A implantação do NEPSO no município de Mauá teve a participação ativa da equipe técnica pedagógica das escolas que optaram por utilizar a metodologia, professores, coordenadores, diretores com a assessoria da Ação Educativa. Na visão dos gestores da educação do município de Mauá e dos demais atores envolvidos em educação o projeto se alinhava às diretrizes do Plano Municipal de Educação. Especialmente, no item referente à “Gestão Democrática da Educação”, que tem como eixo central a educação popular inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade de tal forma a possibilitar aos seus agentes a utilização de mecanismos de construção e de conquista da qualidade social na educação.

Em 2005 houve uma aproximação entre a Ação Educativa e a Cátedra Prefeito Celso Daniel de Gestão de Cidades¹¹ através do desenvolvimento de um projeto de extensão que utilizou a metodologia NEPSO. A Cátedra é um espaço criado em 2003 pela Universidade Metodista de São Paulo, voltado para o conhecimento e estudo das cidades contemporâneas. Surgiu do processo de integração da Universidade Metodista de São Paulo com a Região do ABC Paulista, que representa o próprio retrato do Brasil contemporâneo, predominantemente urbano, industrializado, desigual socialmente, rico em experiências sociais, e com patrimônio ambiental e histórico a preservar. As importantes experiências de gestão dos governos locais, o desenvolvimento da cidadania e o ativismo das organizações não governamentais requerem o olhar crítico da Universidade e esta, por sua vez, demanda objetos reais de estudo e identificação regional, as cidades, compreendidas como lugares do exercício da cidadania e não somente como espaços para morar, agrupar, qualificar, produzir e consumir.

A partir dessa aproximação, a Universidade Metodista de São Paulo, através da Cátedra Gestão de Cidades, a Secretaria de Educação de Mauá e a Ação Educativa, uniram-se na construção coletiva e desenvolvimento da pesquisa “Um Novo Direito à Cidade: Políticas Públicas Integradas – Um estudo de caso em escolas municipais em função da experiência com a Metodologia NEPSO”. Assim, como experiência concreta, passível de análise e sistematização, se colocaram como *locus* da pesquisa a EM Cora Coralina e EMEJA Clarice Lispector, ambas escolas localizadas em Mauá, e participantes do projeto NEPSO desde sua implantação no município. Essas escolas constituem-se em espaços educadores e formadores de subjetividades, de forma a permitir reflexões em torno do protagonismo social, ao potencializar novas experiências.

Buscou-se, nessa experiência, desenvolver uma metodologia visando “Um Novo Direito à Cidade”. A concepção da pesquisa partiu do reconhecimento de que a cidade é um espaço de referências plurais, um laboratório de culturas, é um lugar onde se evidenciam processos econômicos e políticos de natureza endógena e exógena que determina a sua gestão como necessariamente complexa. Nesse sentido, a gestão das cidades, no presente, somente supera o antigo estágio de administração da *res publica* quando inclui e expressa os domínios do governo através das forças produtivas, dos grupos e das instituições populares. Assim, as novas estratégias para a gestão pública devem combinar a ação direta, a contínua avaliação, a adequação dos métodos participativos, o estudo de parâmetros, bem como a interlocução entre os diversos setores da vida social.

11 Informações disponíveis em: <http://www.metodista.br/gestaodecidades/catedra-gestao-de-cidades>, acesso em 25 de outubro de 2011.

Assumi-se, nessa pesquisa, uma trajetória teórico-metodológica que utilizou a abordagem fenomenológica, através da pesquisa-ação, da história oral de vida e, do grupo operativo (fases I e II) e da pesquisa participante (fase III) para atender os objetivos a que se propôs. A figura abaixo ilustra a trajetória da pesquisa.

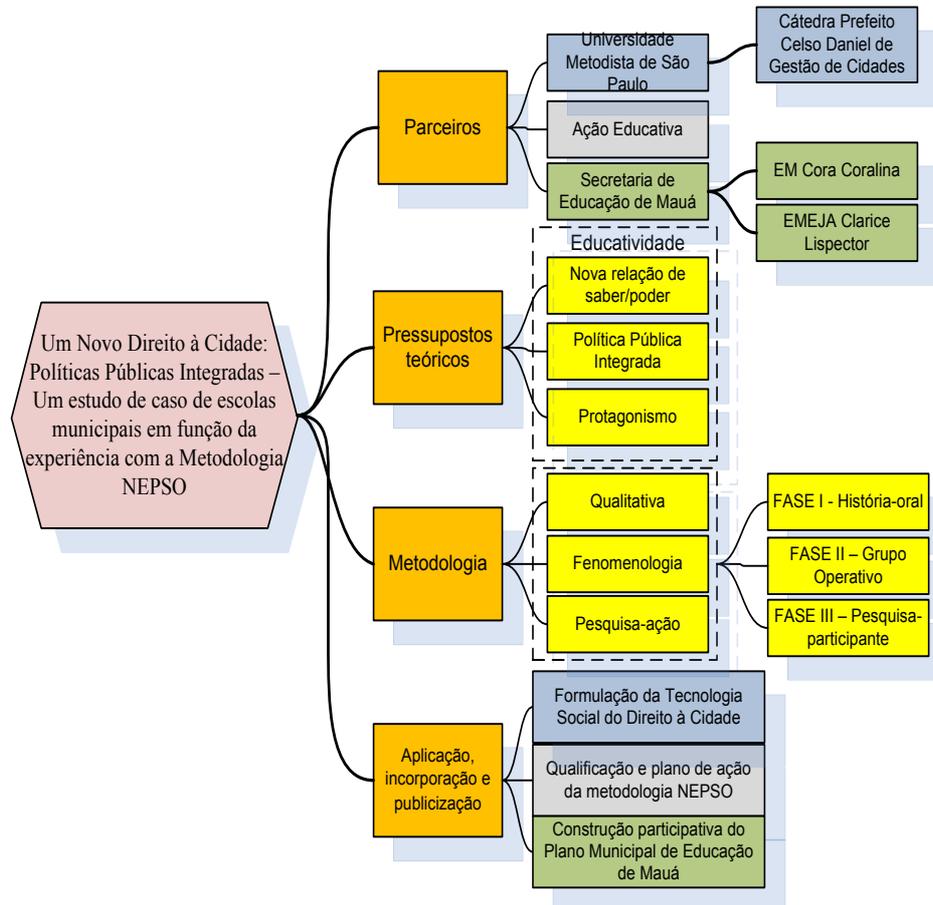


Figura 1: Trajetória da pesquisa

Fonte: Castro et al. (2010)

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado coletivamente pelos parceiros, que indicaram membros para constituição da equipe, os quais, na primeira fase, se apresentaram como sujeitos colaboradores e na segunda fase atuaram como pesquisadores. A equipe da primeira fase constituiu-se por doze membros, entre pesquisadores e auxiliares de pesquisa da Universidade Metodista. Na segunda-fase a equipe foi complementada com a participação dos parceiros, totalizando dez membros da Universidade Metodista, cinco da Secretaria de Educação de Mauá e cinco da Ação Educativa.

O levantamento empírico realizado na primeira fase da pesquisa de campo foi tratado a partir da análise fenomenológica e descritiva do mundo vivido. Nessa

fase, a equipe de pesquisadores construiu uma tabela nomotética com oito categorias de análise, levantadas a partir das unidades de sentido e localizadas a partir dos relatos orais dos diversos sujeitos pesquisados. Essas categorias foram agrupadas em três categorias síntese. As categorias se inter-relacionam, e por isso, foram agregadas a mais de uma categoria síntese, conforme se destaca na ilustração a seguir:

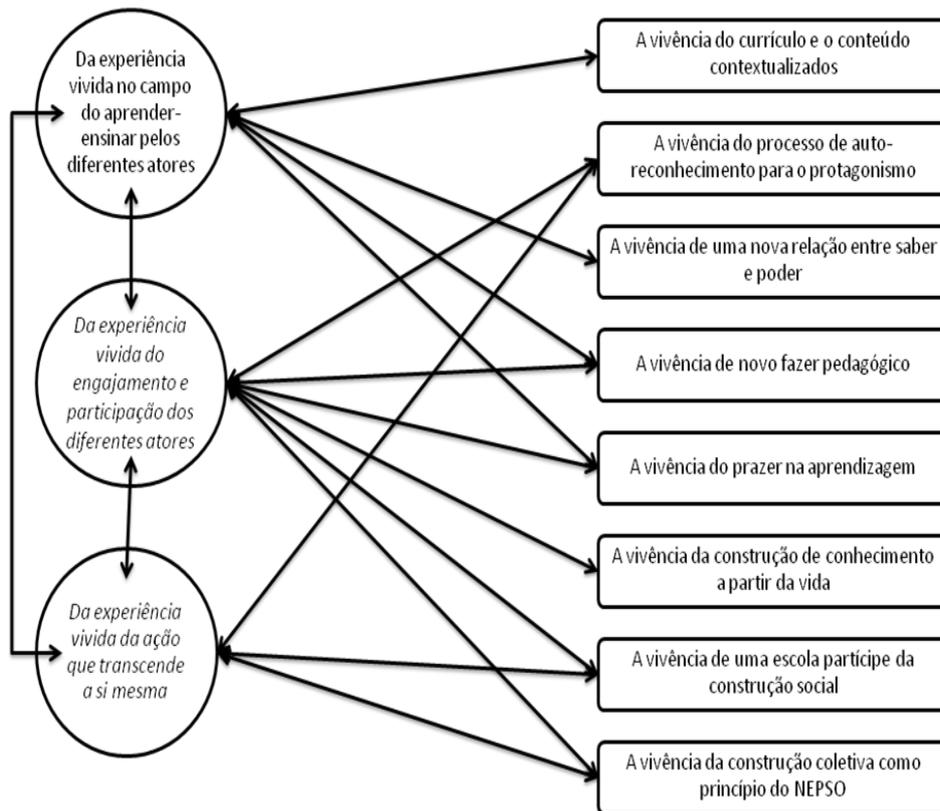


Figura 2: Categorias Analíticas

Fonte: Castro et al. (2010)

Na fase II, a sistematização da experiência dos três anos com a Metodologia NEPSO foi retomada objetivando a construção de conhecimentos para desenvolvimento de metodologia relacionada aos processos de planejamento e monitoramento das Políticas Públicas Integradas, como “Novo Direito à Cidade”. As discussões do grupo operativo apontaram que essas categorias expressam a potencialidade no uso do NEPSO. O vivido a partir da experiência de seu uso em sala de aula desenvolve competências pessoais e coletivas que potencializam a capacidade de ação com vistas ao protagonismo social. Neste sentido, a metodologia pode atuar em potência como formadora de subjetividade política, garantindo-se os princípios que a sustentam. A potência está presente no processo quando os distintos atores se apropriam e transformam a cidade construindo nova posição subjetiva e coletiva ao

buscarem sentidos comuns ao que vivenciam na experiência com a metodologia NEPSO. É a possibilidade de extrapolar-se o uso da ferramenta em seu formato de atividades no âmbito escolar ao tornar as práticas do cotidiano escolar como indutor de formação de culturas de cidadania capaz de formar sujeitos que constroem, avaliam e monitoram as Políticas Públicas. Já o distanciamento dos princípios mais fundantes da metodologia implicam em uma reprodução de saberes que é a instrumentalização da metodologia que passa a ser usada como uma entre outras sem acionar a sua potência criadora de nova territorialidade para ação humana.

De maneira mais específica, há dois momentos que carecem da atenção dos envolvidos no uso da ferramenta NEPSO: a qualificação e o plano de ação. A qualificação coloca em questão saberes objetivos e subjetivos acerca dos temas pesquisados pelos alunos. Esse momento é carregado de importância ao permitir que os envolvidos realizem um aprofundamento teórico sobre o tema e suas implicações políticas ao confrontar-se com o direito à cidade na dimensão das políticas públicas integradas. Também, permite desvelar o grau de compromisso com a radicalidade da ferramenta fundamentada nos princípios freireanos no sentido de propor mudanças nas estruturas de poder. No momento da qualificação é possível analisar o comprometimento do educador no uso da ferramenta, pois quando o processo parte de uma relação verticalizada com os alunos isso se retratará no distanciamento da instância coletiva construtora de nova subjetividade política.

A figura a seguir ilustra o processo metodológico e os movimentos de distanciamento e potência da metodologia.

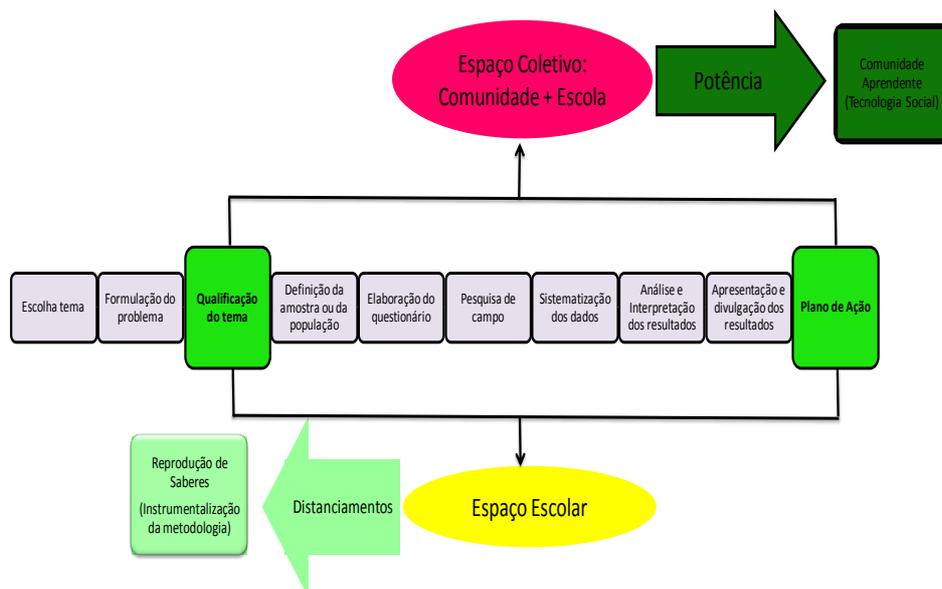


Figura 3: Potência e Distanciamento da metodologia NEPSO

Fonte: Castro et al. (2010)

Assim, para ultrapassar as fronteiras da escola, dois momentos são importantes, a qualificação, momento em que a escola vai a comunidade e o plano de ação, momento em que a comunidade vai a escola. Este alargamento proposto pela equipe de pesquisadores foi denominado como uma tecnologia social do direito à cidade, quando há um *ultrapassamento* das fronteiras da escola com a criação de estruturas participativas que colocam em diálogo escola e comunidade em duas direções complementares. Na primeira (a escola vai à comunidade) a escola radicaliza o acolhimento de demandas da comunidade, transformando o momento de qualificação do tema (etapa NEPSO) em um espaço coletivo de legitimação do direito à cidade. Na segunda (a comunidade vai à escola), a comunidade participa da discussão e validação do resultado das pesquisas em um fórum que traz como resultado propostas e encaminhamentos que constituem o plano de ação (etapa NEPSO).

Como instrumento primordial da tecnologia social do direito à cidade, a instância participativa que reúne comunidade e escola em um espelhamento crítico provoca impactos tanto na comunidade quanto na escola. Na escola, oportuniza um olhar inovador, para além de seu cotidiano de referências abstratas, que a potencializa como lócus de avaliação de políticas públicas para a cidade a partir dos saberes e experiências sistematizados e gerados pela aplicação da metodologia NEPSO. Se localizarmos os saberes gerados pela aplicação da metodologia NEPSO nas escolas no território do direito à cidade, a escola passa a ser partícipe dessa construção coletiva e integra-se à comunidade. Por sua vez, na comunidade o impacto se dá na valorização de saberes e experiências coletivas de grupos e indivíduos, ferramenta de mobilização e transformação social e potencial para formação de agentes comunitários aprendentes, pois se apropriam de um novo olhar na construção do conhecimento.

A Tecnologia Social do Direito à Cidade, assim formulada, integra e potencializa o NEPSO como um instrumento de educatividade para além dos muros da escola, que se abre a apropriação da cidade como espaço de vivência democrática. Radicaliza, assim, a experiência de gerar vozes alternativas (a opinião de todos x a opinião pública) sobre as políticas públicas e o direito à cidade, como contraponto ao discurso formal do poder público. Cria, assim, um espaço comunicativo que flexibiliza a dicotomia entre “aqueles que fazem as políticas” e “aqueles que são alvo das políticas”. Dinamiza, enfim, a vivência da construção coletiva como princípio do NEPSO e a vivência do processo de auto-reconhecimento para o protagonismo. E por fim, expressa as três categorias-síntese apontadas por essa pesquisa na experiência vivida com o NEPSO: a experiência vivida no campo do aprender-ensinar; a experiência

vivida de engajamento e participação; e a experiência vivida da ação que transcende a si mesma.

Quanto ao processo de realização da pesquisa participativa, destacam-se como lições aprendidas com a experiência: 1) O processo coletivo só foi possível porque partiu da demanda e interesse de todos os parceiros envolvidos na pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa desenvolvida num período de cinco anos foi preciso manter um núcleo agregador com membros de todos os parceiros que permaneceram na equipe durante todo o processo; 2) A realização da pesquisa demandou uma infraestrutura objetiva, local, equipamentos, transporte, que foi assegurada pelo financiamento pela FAPESP nas duas fases da pesquisa. Em contrapartida, a Cátedra Gestão de Cidades disponibilizou uma equipe de apoio para a organização dos encontros, reuniões, colóquios e participações em eventos externos, bem como para a organização do processo de prestação de contas à FAPESP; 3) O afinamento teórico dos pesquisadores foi um desafio para a realização da pesquisa, já que a equipe foi composta por diversas áreas do conhecimento. A superação desse enfrentamento se deu pelas capacitações, discussões e leituras realizadas ao longo do processo. A regularidade da presença do núcleo agregador nas reuniões foi fundamental para atingir os objetivos propostos no projeto inicial; 4) O tempo de espera para aprovação do financiamento entre uma fase e outra da pesquisa impactou seu processo, foi preciso garantir continuamente a parceria com repactuações, principalmente em decorrência da mudança de governo no município de Mauá, e de posicionamento político, tencionando as relações entre o governo e a universidade; 5) A necessidade da co-responsabilidade de todos os parceiros para garantir a implementação dos resultados é um desafio que requer o princípio inegociável de um processo de construção coletiva de conhecimento.

A partir do crivo dos parceiros e avaliadores externos, bem como da aprovação do relatório científico final pela FAPESP, a Fase II da pesquisa se encerrou. Na Fase III cada parceiro tem sua co-responsabilidade na aplicação dos resultados da pesquisa. À Universidade cabe o compartilhamento dos resultados da pesquisa, bem como atividades de formação e transferência de conhecimento. Para isso, integrantes da equipe de pesquisadores realizaram/participaram de inúmeros encontros e reuniões nas escolas, além da participação no encontro de capacitação da rede municipal de educação de Mauá, que ocorreu em fevereiro de 2010, oportunidade na qual foram apresentados os resultados da pesquisa à toda a equipe de professores do município. Além disso, os resultados foram socializados no Consórcio do Grande ABC, com toda a rede de educação dos 7 municípios que integram esse consórcio.

Pode-se destacar como início da apropriação dos resultados, pela Secretaria de Educação de Mauá, o desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental intersetorial e transversal, o que indica uma inovação social na esfera pública. A Ação Educativa também modificou seu processo de qualificação do tema (uma das etapas do processo metodológico do NEPSO), incluindo a dimensão dos direitos nessa etapa. Por fim, cabe destacar que essa experiência do desenvolvimento coletivo da pesquisa pelos três atores aponta para a coprodução de conhecimento enraizada na vida.

REFERÊNCIAS

MONTENEGRO, F.; RIBEIRO, V. M. (Eds). **Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião: manual do professor**. 2º Ed. São Paulo: Global. 2002.

CASTRO, D. S. P. et. al. **Um Novo Direito à Cidade: Políticas Públicas Integradas – Um estudo de caso em escolas municipais em função da experiência com a Metodologia NEPSO (relatório científico)**. São Bernardo do Campo, 2010.